



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR CM N° 03, DE 4 DE MARÇO DE 2020.

Altera a redação e acrescenta Parágrafo Único ao artigo 48, da Lei Complementar nº 93, de 22 de dezembro de 2016.

A Câmara Municipal de Iturama, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Modifica a redação e acresce Parágrafo Único ao art. 48 da Lei Complementar nº 93/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. O servidor efetivo designado para o exercício de cargo em comissão fará jus, aos vencimentos do cargo comissionado, ou poderá optar por seu vencimento do cargo efetivo, acrescido de uma gratificação de 30 % (trinta por cento).

Parágrafo Único. No caso da designação de que trata o caput, ocorrer por prazo inferior a 30 dias, o servidor efetivo designado será remunerado proporcionalmente aos dias trabalhados.

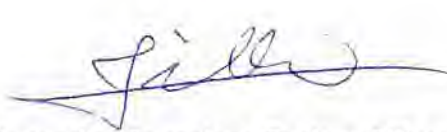
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 2 de março de 2020.

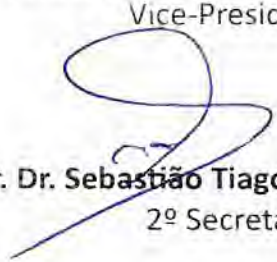
Iturama-MG, 4 de março de 2020.

Mesa Diretora:


Ver. Adebaldo Borges de Freitas
Presidente


Ver. Renato José dos Reis
1º Secretário


Vereador Francisco Freitas Filho
Vice-Presidente


Ver. Dr. Sebastião Tiago de Queiroz
2º Secretário

À Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para merecer parecer.

Sala das Sessões, 16 / 03 / 2020

Presidente da Câmara

Aprovado em 16/3 discussão

por unanimidade

Sala das Sessões em 16 / 03 / 2020

Oficial

A Sanção

Sala das Sessões em 16 / 03 / 2020

O Presidente

ORDEM DOS DIAS DAS REUNIÕES

VISTO DO PRESIDENTE

5-12-01 EM 16 / 03 / 2020

EM / /



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR CM Nº 03/2020

Analisando o Projeto de Lei Complementar CM nº 03/2030, de autoria da Mesa Diretora, verifico que o mesmo tem por finalidade alterar a redação do art. 48, incluindo ainda o parágrafo único, da Lei Complementar nº 93/2016, que dispõe sobre a estrutura administrativa, organizacional e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais.

A competência para proposição sobre a matéria esta de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal em seu inciso II do artigo 37 e com o artigo 19, II do Regimento Interno, vejamos:

Lei Orgânica

Art. 37. A Mesa da Câmara Municipal, compete, privativamente, entre outras atribuições:

(...)

II – propor projetos de leis que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

Regimento Interno

Art. 19. Compete à Mesa da Câmara, além de outras atribuições:

(...)

II – propor projetos de lei que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois foi reservada a Lei Complementar no inciso VII do Parágrafo Único do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

(...)

VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

Dessa forma não vejo irregularidades no projeto em comento, inclusive a meu ver homenageia os princípios constitucionais da isonomia e razoabilidade porquanto não pode deixar discricionariedade para o *quantum* remuneratório por conta do administrador e ainda que o servidor designado para realizar funções atípicas do seu cargo deve ser remunerado por tal prestação de serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação.

Ressalta-se, por fim, que o quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA ABSOLUTA**, conforme preleciona o art. 264, X do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

Contudo; cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 13 de março de 2020.


David Tribioli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR CM Nº 03/2020 PARECER PARA
1ª DISCUSSÃO(ÕES)**


**DENOMINAÇÃO: ALTERA A REDAÇÃO E ACRESCENTA
PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº
93, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

AUTOR: MESA DIRETORA

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da Comissão após a apreciação e estudo do Projeto de Lei Complementar CM Nº 03/2020, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser FAVORÁVEL como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.

Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento
Presidente

 16/03/2020

Ricardo Oliveira de Freitas
Vice-Presidente



16/03/2020

Renato José dos Reis
Relator



16/03/2020

Aprovado em <u>1ª</u> discussão
Por <u>unanimidade</u>
Sala das Sessões em <u>16/03/2020</u>
O Presidente